



Representação Parlamentar do  
Partido Popular Monárquico  
Açores

## **Declaração Política**

### **(A Ditadura Açoriana)**

Senhora Presidente

Srs. Deputados

Srs. Presidente e Membros do Governo

Os primeiros Parlamentos Liberais da História criaram o sistema de imunidades parlamentares. Este mecanismo de salvaguarda da independência parlamentar foi concebido como uma forma de proteger os membros dos parlamentos dos abusos do poder executivo, salvaguardando a sua liberdade e independência.

Quase três séculos depois, todos os parlamentos democráticos do mundo mantêm sistemas de imunidade que garantem aos deputados autonomia, liberdade e independência no âmbito do desempenho dos seus cargos. A não ser assim, os deputados estariam completamente à mercê de governos pouco respeitadores do pluralismo político e de grupos de interesse que poderiam facilmente asfixiar os parlamentares com intermináveis processos judiciais.

Neste âmbito, o artigo 97.º do nosso Estatuto Político-Administrativo refere que “o Estatuto dos Deputados à Assembleia da República é aplicável aos deputados à Assembleia Legislativa no que se refere aos direitos, regalias e imunidades constitucional e legalmente consagrados, com as necessárias adaptações e de acordo com as especificidades consagradas no presente Estatuto e no respetivo regime legal de execução”. Ora o regime de imunidades que a Constituição consagra garante, entre outras coisas, “que os deputados não respondem civil, criminal ou disciplinarmente pelos votos e opiniões que emitirem no exercício das suas funções”.

Sucede que a ditadura política que nos governa, há quase 17 anos, encontrou uma forma de tentar condicionar a liberdade de expressão e de



Representação Parlamentar do  
Partido Popular Monárquico  
Açores

decisão dos deputados: se não é possível perseguir disciplinarmente os deputados pelas suas opiniões, perseguem-se as suas mulheres e os seus filhos. O efeito pretendido pelos torcionários do regime é o mesmo.

É esse tipo de coação política que este regime e os seus pides de serviço está a tentar exercer sobre mim e a minha família, no caso a minha mulher e o meu filho mais novo. Nunca me cansarei de denunciar desta tribuna a brutal perseguição política que desde há 14 meses o aparelho repressivo do regime está a realizar à minha mulher na qualidade de Presidente do Conselho Executivo da Escola Mouzinho da Silveira.

Não se trata de um assunto particular. Para mim trata-se de denunciar práticas pidescas que procuram condicionar a minha liberdade e a autonomia política do partido a que presido. A mensagem que quero transmitir é que é melhor desenganarem-se. Nada logrará condicionar alguma vez a minha liberdade de pensamento e a autonomia das minhas decisões. Para me calar terão de, pura e simplesmente, apostar em algo mais drástico e definitivo. Não bastará derrotar-me politicamente. Escrevi um livro a denunciar o carácter não democrático deste regime quando ainda não era deputado e não me vou calar depois de deixar de o ser.

Senhora Presidente

Srs. Deputados

Srs. Presidente e Membros do Governo

A perseguição política miserável que este Governo está a exercer sobre a minha mulher revolta-me profundamente. Jamais esquecerei o que lhe estão a fazer. O processo que, veja-se, se iniciou em Julho de 2012, é uma fantochada da pior espécie. A acusação foi elaborada ao pior estilo da literatura de cordel. Um conjunto de historietas miseráveis, repugnantes, ridículas e, claro está, falsas.



Representação Parlamentar do  
Partido Popular Monárquico  
Açores

Vou dar uns exemplos. A páginas tantas, a minha mulher é acusada de favorecer o próprio filho. Prova arrolada pela acusação: a afixação, por parte da equipa do meu filho mais novo, de um panfleto A4 a cores no âmbito da eleição dos deputados para o Parlamento Jovem. A outra equipa afixou um cartaz a preto e branco. A equipa com o cartaz a cores ganhou as eleições. Note-se que em nenhum momento a minha mulher teve qualquer participação ou conhecimento deste episódio, nem tão pouco a inspeção educativa o refere ou prova. Qual foi, no entanto, a brilhante conclusão da inspeção educativa: a Presidente do Conselho Executivo favoreceu o seu próprio filho.

Devo dizer que se este episódio fizer jurisprudência, não me resta outra coisa senão queixar-me à inspeção educativa dos grandes e coloridos cartazes que o PS colocou um pouco por todo o país.

Só mais uma pérola. A minha mulher é acusada de ser cúmplice do sentido de humor, um pouco castrense e rústico, de uma funcionária escolar que trabalha na escola há mais de 40 anos. A mesma que praxa todos os políticos logo à entrada da Vila do Corvo.

A inspeção constatou que não existem queixas a respeito da referida funcionária, mas acusa na mesma, com base no seguinte e gravíssimo indício: a Presidente do Conselho Executivo é, ao que dizem, amiga da veterana funcionária. Bom, mas nesse caso é preciso mandar prender o anterior Presidente do Governo, o Vice-Primeiro-Ministro Paulo Portas, o Presidente da Câmara Municipal do Corvo, todos os responsáveis da escola desde o Estado Novo e mais 99% da população da ilha. Sim, porque amigos não lhe faltam.

Podia, meus senhores, continuar a divertir-vos com mais acusações deste teor. Quando se leem este tipo de idiotices, o melhor remédio é mesmo levar as coisas com humor para evitar pensar por que razão anda este tipo de gente a desempenhar funções de tanta responsabilidade, com poder para prejudicar tão seriamente a vida dos outros.

As restantes acusações têm o mesmo nível de paródia e de intriga infantil. Imaginem que o Mário Soares decide dizer tudo o que pensa realmente do Ramalho Eanes. Ou que se deixa o Passos Coelho descrever, sem



Representação Parlamentar do  
Partido Popular Monárquico  
Açores

contraditório e com um auditório rendido, a sua história com o Tribunal Constitucional. Que lugar ocuparão nestas histórias a intriga, a alucinação, a mesquinhez, a vingança e a intrujice? Querem imaginar o guião da acusação à minha mulher? Vejam o Big Brother! É essa a verdadeira vocação perdida da guionista da Inspeção Regional de Educação.

Mas este Governo não só pactua com o ridículo para acusar, como também protege e incentiva a mais vergonhosa coação. Algumas das testemunhas foram interrogadas durante mais de quatro horas, ao longo do qual a inspeção regional de educação as coagiu a assinarem uma versão dos factos previamente escrita. É por isso que nem sequer mudam as vírgulas em alguns dos testemunhos arrolados. Outros, por exemplo os funcionários da escola, foram repetidamente ameaçados, por via telefónica, com a abertura de processos disciplinares. Foi assim ao longo de meses, com a total cumplicidade – eu diria mesmo comando político - do Governo Regional.

Senhora Presidente

Srs. Deputados

Srs. Presidente e Membros do Governo

Entrámos já no 15.º mês deste processo inacreditável. Quantos de vocês conseguem imaginar o desgaste e a revolta que resulta ser vítima de uma farsa deste género. Conseguem V. Ex.<sup>as</sup> imaginar o sentimento de culpa que carrego neste assunto? Eu sei que a minha mulher está a ser vítima de um processo que me é politicamente dirigido. Eu sei que tudo isto terminaria se eu abandonasse o meu lugar de deputado. Mas não o posso fazer. Conheço-me o suficiente para saber que nunca conseguiria viver com a humilhação de ter desistido. Pelo contrário! Vou fazer tudo para que este episódio possa significar o princípio do fim deste regime cada vez mais afastado da observância dos princípios democráticos e de um mínimo de decência. Um regime que é forte com os pequenos e fraco com os fortes.



Representação Parlamentar do  
Partido Popular Monárquico  
Açores

Meus senhores, não pensem que este assunto não vos diz respeito. Recordem a História. Ninguém está a salvo e a hora da perseguição acaba por chegar sempre, a quase todos, nas ditaduras. Lembrem-se daquele poema que é dito assim:

Primeiro levaram os negros  
Mas não me importei com isso  
Eu não sou negro

Em seguida levaram alguns operários  
Mas não me importei com isso  
Eu também não era operário

Depois prenderam os miseráveis  
Mas não me importei com isso  
Porque eu não sou miserável

Depois agarraram uns desempregados  
Mas como eu tenho o meu emprego  
Também não me importei

Agora levam-me  
Mas já é tarde.  
Como eu não me importei com ninguém  
Ninguém se importa comigo.

Horta, 3 de setembro de 2013

O Deputado

Paulo Estêvão